

# Estatutos da Sociedade Commercio

## TITULO I

### DA ORGANISAÇÃO E DURAÇÃO DA SOCIEDADE, SUA SÉDE E CAPITAL.

Art. 1.º A associação anonyma denominada Sociedade Commercio, fundada em 1848, com séde na capital da provincia da Bahia, approvada por decreto imperial n. 7320, continúa com a mesma denominação, regendo-se por estes estatutos e pela legislação especial das sociedades anonymas e dos bancos de emissão, no que lhe for applicavel. Sua duração será de 50 annos, contados do dia do registro destes estatutos na Junta Commercial.

Art. 2.º O fundo social é de seis mil contos de réis (6.000:000\$) já realizados e dividido como se acha em 60.000 acções nominativas, de 100\$ cada uma. Metade deste capital, tres mil contos (3.000:000\$), que constitue o limite maximo para base de sua emissão, será convertido em moedas de ouro, nacionaes, inglezas, soberanos, meios soberanos e francezas de 20 e 10 francos e em parcellas nunca menores de seiscentos contos de réis (600:000\$), equivalentes a 10 % do capital social. Quando, porém, a lei venha a admittil-o, a base metallica acima indicada poderá ser constituida tambem em moedas de ouro de outros paizes e barras de ouro.

Art. 3.º Caso a assembléa geral delibere elevar o capital, os accionistas terão preferéncia na subscripção das novas acções, e só depois de expirado o prazo que a direcção annunciar para esta subscripção, as acções restantes serão franqueadas a quaesquer subscriptores.

Art. 4.º As entradas do valor das acções, de que trata o artigo antecedente, serão feitas na razão de 10 %, mediante intervallo nunca inferior a 30 dias de uma á outra, precedendo annuncio nas folhas diarias, ao menos por 15 dias.

Art. 5.º Na falta de entrada no prazo designado, o accionista será multado em 10 % da importancia retardada; si decorridos mais dous mezes elle não tiver realizado as outras em atraso e pago a multa, perderá as prestações pagas em beneficio do fundo de reserva, bem como o direito ás acções respectivas, que a direcção emitirá de novo.

Art. 6.º As acções serão transferidas sem endosso, por meio de termos, lançados no competente livro que a sociedade terá, em cumprimento do § 3º do art. 7º da lei n. 3150, e serão assignados pelos transmittentes ou seus procuradores especialmente autorizados, e pelos directores da semana, depois de pago o devido imposto.

## TITULO II

### DAS OPERAÇÕES DA SOCIEDADE

Art. 7.º A Sociedade Commercio terá direito de emittir bilhetes ao portador e á vista, convertiveis em moeda metallica, de que trata a segunda parte do art. 2º, e suas operações são as seguintes :

§ 1.º Descontar letras de cambio, da terra e outros quaesquer titulos commerciaes á ordem e com prazo, titulos do Governo geral, provincial e municipal.

§ 2.º Fazer emprestimos sobre penhores de diamantes e metaes preciosos, apólices da divida publica, e outros titulos do Governo geral, provincial e municipal, letras hypothecarias e acções de estabelecimentos bancarios legalmente constituídos e de companhias acreditadas; sobre titulos particulares e mercadorias não sujeitas á deterioração, depositadas na Alfandega em armazens alfandegados, ou não, e seguras contra os riscos de fogo.

§ 3.º Fazer emprestimos de um a tres annos sobre penhor agricola, constituído em colheitas pendentes, fructos agricolas, animaes, machinas, utensilios e instrumentos de lavoura, ainda que por escripto particular, assignado pelo devedor e duas testemunhas com as firmas reconhecidas e devidamente registrado, não excedendo porém o total de taes emprestimos a 10 % do capital social.

§ 4.º Agenciar e effectuar por conta propria, ou de terceiros, mediante commissão, empréstimos nacionaes, provinciaes e municipaes, autorizados por lei.

§ 5.º Abrir creditos.

§ 6.º Encarregar-se, por conta de terceiros, mediante commissão, da compra e venda de fundos publicos e titulos commerciaes, da venda de diamantes, pedras preciosas, que tiver recebido em sua guarda.

§ 7.º Ter um cofre de depositos voluntarios para titulos e valores, mediante o premio estipulado.

§ 8.º Receber em conta corrente de movimento com ou sem juros, dinheiros de particulares, de quaesquer empresas, e estabelecimentos publicos, tomar dinheiro a premio em conta corrente e por letras a dias de vista, ou a vencimento fixo, podendo ser estas nominativas e ao portador. No caso de corrida dos depositantes em conta corrente para retiradas immediatas, a sociedade reserva-se o direito de pagar-lhes por meio de letras que vençam o mesmo juro e sejam divididas em seis series correspondentes á data da exigencia e resgataveis de 15 em 15 dias, de modo que ao cabo de 90 dias esteja restabelecido o pagamento á vista.

§ 9.º Comprar e vender por conta propria metaes e fundos publicos da divida interna ou externa do Imperio, das provincias e municipios, acções de bancos e companhias.

§ 10.º Fazer movimento de fundos de uma para outras praças do Imperio e do estrangeiro por meio de operações de cambio, e conceder cartas de credito sobre fiança ou penhores mercantis.

§ 11.º Caucionar nesta ou em outras praças titulos e valores para garantia especial de seus saques, bem como caucionar ou redescantar titulos de sua carteira quando entender conveniente, com ou sem endosso do estabelecimento.

Art. 8.º Observar-se-hão nas operações de que trata o artigo antecedente e seus paragraphos, as regras seguintes :

§ 1.º As letras de particulares passadas directamente (art. 7º, § 2º) devem ter duas ou mais firmas de pessoas abonadas, sendo dellas uma, pelo menos, residente nesta capital, salvo si a responsabilidade do devedor accrescer garantia sufficiente em titulos.

§ 2.º Não podem ser descontadas letras garantidas unicamente por firmas de directores, nem as que tiverem alguma firma de director da semana.

§ 3.º Nos escriptos de penhor (art. 7º, §§ 2º e 3º) deverá a sociedade ser sempre autorizada expressamente pelo devedor a alhear, mediante leilão mercantil, ou negociar o objecto da garantia para o pagamento da divida vencida, estipulando-se a favor da sociedade a adjudicação facultativa pelo preço certo da estimação ajustada no contracto, não tendo havido comprador. Não serão admittidas á caução as acções das companhias que não tiverem realizado ao menos a quinta parte de seu capital, e em caso algum as da propria sociedade. Si, fludo o prazo da obrigação sobre caução ou penhor, não se effectuar a sua solução dentro

dos 30 dias seguintes, serão os títulos e penhores vendidos em leilão mercantil, precedendo annuncios por oito dias nos jornaes, sem declaração do nome do devedor. Realizada a venda se embolsará a sociedade da quantia devida e dos premios, e deduzidas as despesas, o restante, quando haja, ficará no cofre á ordem do mutuario, que será admittido até ao dia e hora do leilão a remir o objecto da caução ou penhor.

§ 4.º A abertura dos creditos (art. 7.º, §§ 5º e 12) se realizará por meio de termos lavrados pelo secretario da directoria e assignados pelos responsaveis.

§ 5.º O credito pôde ser dado para outras praças do Imperio ou estrangeiras, nas quaes a sociedade tenha correspondentes.

§ 6.º Os valores ou títulos sobre os quaes é autorizada a sociedade a operar por estes estatutos, devem ser a curto prazo e de facil liquidação.

Art. 9.º O valor dos títulos propostos á garantia das transacções, não ultrapassará para esse fim o de sua commun estimativa e cotação, com as seguintes reduções, pelo menos :

10 % para os títulos da divida publica, geraes, provinciaes e municipaes. As mercadorias, os objectos de penhor agricola e mercantil, as acções e letras de estabelecimentos legalmente constituídos, serão admittidos com o abatimento, que a directoria arbitrar, comtanto que nunca seja inferior a 10 % do respectivo valor corrente na praça.

20 % para o ouro e prata, tendo-se em vista os valores verificados por certidão dos contractos approvados pela directoria.

Art. 10. São communs e essenciaes a todas as operações que se seguem :

a) renuncia de foro domiciliario e de quaesquer outros privilegios por parte dos devedores e seus garantes ;

b) obrigação imposta aos responsaveis, de effectuar os pagamentos nesta cidade, si no contracto não se designar para esse fim a sede das agencias e succursaes da sociedade ou outro lugar ;

c) estipulação dos juros comminatorios para o caso de impontualidade no pagamento ;

d) prestação de garantia reconhecidamente idonca e sufficiente, seja fideijussoria ou real ;

e) reforço de garantia, a juizo da direcção, até 30 dias depois de conhecida pelos principaes responsaveis a deliberação respectiva ;

f) O prazo do vencimento das obrigações que não pertencem á carteira dos emprestimos á lavoura não excederá de seis mezes ;

g) prevalecerão para os emprestimos agricolas as estipulações exaradas em leis, regulamentos e contractos celebrados com o Governo pela sociedade ou por estabelecimentos congengeres, nos casos omissos ;

h) os juros serão pagos adiantadamente pelos mutuarios, excepto quando a isso se oppuzerem as disposições e clausulas das operações a que se refere a segunda parte do antecedente ;

i) é lícito aos mutuários ou seus fiadores remir as dividas antes de vencidas, sem prejuizo, porém, dos juros e outros encargos, estatuidos em favor da sociedade.

### TITULO III

#### EMIÇÃO DE BILHETES

Art. 11. Os bilhetes ao portador e à vista, convertiveis em ouro, serão dos valores de 10\$, 20\$, 30\$, 50\$, 100\$, 200\$ e 500\$, de estampa especial para cada valor, devendo conter, além da inscripção do valor que representam, a numeração e designação da serie e estampa:

- a) o nome da Sociedade Commercio e sua séde;
- b) a assignatura de chancella do thesoureiro da Caixa da Amortização;
- c) a assignatura, do proprio punho, do presidente da sociedade ou do director que o substituir.

Art. 12. Os bilhetes em circulação nunca poderão exceder em valor ao triplo do deposito que, em ouro, tiver a sociedade em seus cofres, conforme o disposto no art. 2º, e sempre que quizer alargar sua emissão augmentará o deposito de que trata este artigo, não podendo em caso algum elevar a emissão a mais do triplo da metade do seu capital ou fundo social realizado.

Art. 13. A sociedade obriga-se a pagar à vista, e em moeda metallica, os bilhetes de sua emissão, excepto:

- a) os que se formarem de pedaços;
- b) os que não tenham bem intelligiveis o numero, a serie, a estampa e o nome da sociedade.

Art. 14. A sociedade sujeita-se à fiscalisação de um funcionario do Governo, nos termos do art. 31 do decreto n. 10.262 de julho do corrente anno, aos encargos estabelecidos nos arts. 35 e 40 do mesmo decreto e a todas as mais disposições, assim como ás da lei n. 3403 de 24 de novembro de 1888 que lhe sejam applicaveis.

Art. 15. Os portadores dos bilhetes terão privilegio para seu pagamento com exclusão de quaesquer outros credores sobre todo o capital activo da sociedade (decreto n. 10.262 de 6 de julho de 1889).

### TITULO IV

#### DAS CONTAS ANNUAES, DIVIDENDOS E FUNDOS DE RESERVA

Art. 16. Na primeira reunião ordinaria da assembléa geral, a commissão fiscal dará seu parecer a respeito dos negocios e operações do anno e sobre o mais que lhe incumbe na fórma da lei.

Art. 17. A directoria de seis em seis mezes, a principiar de 1 de julho, procederá a um balanço, afim de conhecer-se a somma dos lucros havidos no semestre anterior. Depois de aprovado este balanço pelo conselho fiscal, serão deduzidos nunca menos de 5 % para o fundo de reserva e 5 % para ser applicavel á remuneração dos directores, o restante dividir-se-ha pelos accionistas.

O fundo de reserva é destinado exclusivamente a reparar as perdas que possam dar-se no capital da sociedade, e 25 % do mesmo fundo será empregado em ouro ou titulos da divida publica interna de juros e capital em ouro.

Art. 18. No fim de cada anno social, que será o civil, e dentro de um mez, a directoria apresentará ao conselho fiscal, com o relatorio dos seus trabalhos, as contas do anno findo, e bem assim lhe communicará, por escripto, as medidas que houver de apresentar á assembléa geral.

## TITULO V.

### DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Art. 19. A sociedade será administrada por uma directoria composta de cinco membros, eleitos de entre os accionistas pela assembléa geral, por scrutinio secreto.

Far-se-ha annualmente a eleição de um membro da directoria, de modo que no fim de cada quinquennio toda ella seja substituida, salvo reeleição.

Art. 20. Para substituir os directores, em caso de impedimento por mais de 30 dias, ou de vaga, haverá cinco supplentes eleitos pela mesma fórma por que são eleitos os directores, e em lista separada.

Art. 21. Em garantia da responsabilidade de sua gestão, tanto os directores como os supplentes, antes de entrarem em exercicio, depositarão no cofre da sociedade 100 acções, das quaes não é permittido dispôr, enquanto durar o mandato e até seis mezes depois de terminado este, si antes não tiverem sido approvadas as respectivas contas. A uns e outros é prohibido accumular funcções de gerente de outras sociedades bancarias.

Art. 22. A directoria terá um presidente e um secretario, annualmente eleitos pela mesma directoria. O presidente, além do voto como director, terá o de qualidade para desempatar, e, na representação da sociedade, poderá constituir mandatarios. Na falta do presidente servirá o director mais antigo.

Art. 23. A directoria reunir-se-ha em sessão ordinaria uma vez por semana, e extraordinariamente sempre que for preciso; para haver sessão cumpre que estejam presentes, pelo menos, tres membros da directoria. De suas sessões se lavrarão actas, em que os fiscaes terão o direito de fazer incluir o seu parecer, sobre negocios que se tratarem, si estiverem presentes.

A direcção de semana, composta do presidente e dous directores que alternarão, ficará incumbida de dirigir o serviço corrente e operações da sociedade, no escriptorio da qual deverão permanecer quotidianamente durante as horas do expediente.

Paragrapho unico. Não poderão servir conjuntamente os cargos de administração da sociedade: os que forem sogro e genro, cunhados durante o cunhadio, e os parentes por consanguinidade até ao segundo gráo, e os socios de firma commercial, assim como os impedidos de negociar segundo o disposto no Código Commercial.

Art. 24. Além das funções que legalmente e por estes estatutos pertencem á directoria, compete-lhe:

Paragrapho unico. Requerer ao Governo na Córte ou na provincia, a bem da sociedade, as concessões, autorisações e vantagens permittidas em leis ou regulamentos e bem assim celebrar contractos com os poderes publicos, obrigando-se a quaesquer clausulas ou concessões. Fica entendido que na faculdade de que trata este paragrapho se incluye a de requerer a approvação destes estatutos o a autorisação para emittir bilhetes ao portador e á vista, convertiveis em ouro, bem como para praticar todas as mais diligencias estatuidas nas leis vigentes, quando necessarias ao funcionamento regular da sociedade e de suas operações.

## TITULO VI}

### DO CONSELHO FISCAL

Art. 25. Haverá uma commissão de tres fiscaes para inspecionar todas as operações da sociedade, examinando, ao menos uma vez cada trimestre, o estado da caixa, escripturação, livros e documentos.

Paragrapho unico. Terão, além dos direitos e deveres que lhes incumbem, em virtude da lei n. 3150, o de poderem assistir ás sessões da directoria e aos trabalhos da commissão dos directores de semana, dando sua opinião sobre os negocios de que se tratar, examinar as contas e o relatorio da direcção para apresentar o seu parecer a respeito de tudo á assembléa geral.

Art. 26. Os fiscaes serão eleitos annualmente dentre os accionistas que teem voto na assembléa geral, sendo substituidos em suas faltas e impedimentos pelos immediatos em votos.

## TITULO VII

### DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 27. Sómente terão voto electivo e deliberativo na assembléa geral dos accionistas, aquelles que seis mezes antes da reunião possuirem sem interrupção, e como proprias, 10 ou mais

acções, salvo os casos expressos na lei, e nos de aquisição por título de dote ou successão, nos quaes não se attenderá ao tempo da transmissão.

§ 1.º A mesa providenciará para que no recinto das sessões não se confundam os accionistas votantes com os demais, de modo a facilitar a inspecção das votações symbolicas.

§ 2.º Os votos serão contados nas seguintes proporções: Um por 10 acções, dous por 50, tres por 100, e assim por deante mais um para cada 50 acções que o accionista de mais possuir, de modo, porém, que nenhum votante represente absolutamente mais de 10 votos.

Art. 28. A assembléa geral terá um presidente, um vice-presidente e dous secretarios.

Estes funcionarios serão eleitos pela mesma fórma estabelecida para a nomeação dos directores, e servirão pelo tempo de tres annos.

Art. 29. Haverá todos os annos no mez de fevereiro uma sessão ordinaria de assembléa geral.

Paraphrasso unico. A's reuniões ordinarias e extraordinarias da sociedade precederão annuncios consecutivos e motivados nas folhas diarias por 15 dias, quanto ás primeiras, e não menos de tres dias, quanto ás segundas.

Art. 30. As procurações serão entregues no escriptorio da sociedade, tres dias antes da eleição, e só poderão ser conferidas a accionistas, não o podendo ser a directores ou fiscoes.

#### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 31. A dissolução e liquidação da sociedade terão lugar pela terminação do prazo de sua duração, por deliberação da assembléa geral dos accionistas, ou em qualquer das hypothèses mencionadas no art. 28 do decreto n. 10.262.

Art. 32. A sociedade poderá adquirir, arrendar ou construir os edificios necessarios ao seu serviço.

Art. 33. A directoria fica autorisada a acceitar quaesquer alterações ou modificações que o Governo tenha por conveniente fazer a estes estatutos.

Art. 34. A sociedade continuará a fazer operações de credito agrícola, nos termos do accordo com o Governo Imperial de 8 de julho de 1889, e mais decisões, em escripturação especial e com capital fornecido pela parte do fundo social não sujeita á conversão em ouro.

Art. 35. Para todos os casos não previstos nestes estatutos vigorará o decreto n. 8821 de 30 de dezembro de 1882.

Art. 36. A Sociedade Commercio não poderá fazer emprestimos directos sob hypothecas de propriedades immoveis, exceptuados os da carteira agrícola, mas si lhe for necessario, para garantir-se por divida anterior, poderá validamente acceital-a, devendo, porém, liquidar no mais curto prazo possivel, assim como as que actualmente tem.



Art. 37. A' direcção compete executar e fazer executar fielmente estes estatutos e as decisões da assembléa geral, representar a sociedade em juizo, sendo o seu mandato pleno nos limites da lei e dos estatutos, e nelle se inclue o direito de transigir e o de resolver amigavelmente as questões entro a sociedade e seus devedores ou terceiros.

Art. 38. Os directores são responsaveis pelos seus actos de mandatarios, nos termos da lei n. 3150 de 4 de novembro de 1882 e seu regulamento.

Art. 39. Entende-se renunciado o cargo de director para aquelle que deixar de exercel-o por mais de um anno.

Bahia, 11 de novembro de 1889. (Seguem as assignaturas.)

